

Resistências da Filosofia

Dirce Eleonora Nigro Solis¹

Resumo

Este artigo faz um diagnóstico e um registro da existência do ensino de filosofia nas escolas do Rio de Janeiro, considerando as graduações nas universidades, o ensino médio e o papel fundamental da SEAF- Associação de Estudos e Atividades Filosóficas a partir dos anos 1970 até os dias atuais. Analisa a questão das resistências da filosofia lembrando, além do papel da SEAF, a implantação e as atividades do Laboratório de Licenciatura e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia -LLPEFIL/UERJ. Considera a resistência da filosofia, também, a partir de sua especificidade com relação às demais áreas de saber.

Palavras-chave: ensino de filosofia; resistências; SEAF; LLPEFIL-UERJ.

Resistences of Philosophy

Abstract

This article makes a diagnosis and a record of the existence of philosophy teaching in schools in Rio de Janeiro, considering graduations in universities, high school and the fundamental role of SEAF-Association of Philosophical Studies and Activities from the 1970s to the current days. It analyzes the issue of philosophy's resistance, noting, in addition to the role of SEAF, the implementation and activities of the Graduation and Research Laboratory on Philosophy Teaching-LLPEFIL/UERJ. It also considers the resistance of philosophy, based on its specificity in relation to other areas of knowledge.

Keywords: teaching philosophy; resistances; SEAF; LLPEFIL-UERJ.

Pensar em filosofia no Brasil hoje, significa trazer à baila inicialmente eventos significativos que marcaram a luta específica para sua manutenção nas escolas (Instituições Superiores e Ensino Médio) e a discussão da especificidade do saber no contexto acadêmico em geral. São formas de abordar a filosofia como um acontecimento da ordem de uma luta política e de ordem epistemológica. Tratarei esses acontecimentos como resistências da Filosofia.

Um acontecimento de resistência da filosofia marcante é datado de 1976 (mais precisamente julho de 1976). Foi a fundação da SEAF, na época Sociedade, mas que mais

¹ Profa Titular de Filosofia da UERJ/ Coordenadora do LLPEFIL- Laboratório de Licenciatura e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia-UERJ/ Membro da Diretoria da SEAF.

tarde, por questões jurídicas, teve que ser renomeada Associação de Estudos e Atividades Filosóficos. Nesse momento complicado da história nacional teve a participação de aproximadamente 500 professores de filosofia brasileiros filiados. Durante toda a sua existência, quer em seu caráter nacional, quer regional tal como persiste até hoje, a SEAF nunca teve papel sindical, mas criada durante a ditadura teve como atribuição principal lutar pelos interesses de toda a filosofia no Brasil- interesses políticos e acadêmicos. Com o incremento das pós-graduações no Brasil, em 1983 é fundada a ANPOF- Associação Nacional de Pós- Graduação em Filosofia, mais um espaço de luta importante para a área de saber.

Naquele momento histórico, observemos, houve uma questão política que todos conhecemos- o alijamento da filosofia nas escolas do Ensino Médio- o então 2º. Grau. Mas nas graduações em filosofia o que acontece nesse meio tempo?

Todos nós conhecemos a gangorra que sempre foi a presença da filosofia nos cursos e currículos das escolas e a luta pela sua manutenção na maioria dessas grades curriculares.

A luta pela filosofia que existiu desde sempre nos meios acadêmicos e junto aos órgãos governamentais, vale insistir, foi acirrada no período da ditadura militar e suas ações de resistências mais específicas beiram os anos 1970 e 1980.

Nossa abordagem irá se limitar ao Estado do Rio de Janeiro. No período da ditadura militar tínhamos quatro (04) graduações em filosofia significativas no Estado: UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro; UEG – Universidade do Estado da Guanabara- que em 1961 assim será chamada, logo após a transferência do Distrito Federal para Brasília, e que passará em 1975 a ser UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro; USU- Universidade Santa Úrsula e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC- Rio, estas duas últimas confessionais. As graduações que nunca deixaram de funcionar até os dias de hoje, dentre as quatro, foram as da UFRJ, UERJ e PUC. Nos anos 70 a USU extingue por questões financeiras o seu curso de filosofia, mas não o Departamento de Filosofia, a Gama Filho vai manter um departamento com oferecimento de disciplinas filosóficas para as suas graduações e também a UFF que durante algumas décadas possui o seu departamento sem curso de graduação, curso que só passou a existir mais recentemente.

A resistência da Filosofia se mantém, então, nas Universidades com curso de graduação específico e naquelas sem curso de graduação, mas com departamentos de filosofia. Todas elas buscam estratégias para que a Filosofia não desapareça de seus espaços curriculares. A saída, que é anterior à luta pela volta da Filosofia ao Ensino Médio, então 2º. grau (Eixo Rio- São Paulo, principalmente), é o convencimento da importância da reflexão filosófica nos cursos de graduação das universidades. Os departamentos de filosofia promovem inúmeras reuniões, colóquios com as outras áreas de saber para que a filosofia não fosse esquecida. Assim, pelo menos uma disciplina de cunho filosófico conseguimos manter em todas essas instituições, independentemente da existência de um curso específico de filosofia- suas graduações.

Digo que a luta e a defesa da importância da filosofia era extenuante. Na USU existia um curso obrigatório para todas as graduações que era o Metodologia Científica. O Departamento de Filosofia tomou a responsabilidade para si e fez do curso uma substancial Introdução à Filosofia acessível a todos os alunos de graduação. De Caderno de Textos e Técnicas, subtítulo de um livro com o título *Metodologia Científica*, produzido para esse fim, transformou a pesquisa no que ela deveria ser mesmo: suas bases epistemológicas, sua base filosófica. O curso de Metodologia Científica foi adaptado para as áreas de saber e o livro produzido com escritos dos professores e pequenos textos retirados das obras de filósofos e comentaristas foi disseminado para todas as graduações. O livro publicado, até onde acompanhei, vendia em todo o Brasil e teve umas 15 reimpressões (para economizar direito autoral, é claro). E até recentemente encontramos referências a ele com depoimentos inclusive de professores de outras áreas. até da física, que o utilizam em suas aulas.

Além de uma disciplina geral de Filosofia para os cursos de graduação, eram oferecidas também disciplinas filosóficas específicas para as áreas de saber. Por exemplo, na USU, Estética para Arquitetura; Ética para Direito, Administração, Psicologia; Epistemologia para Psicologia, Educação e assim por diante. Na PUC eram utilizadas para disciplinas filosóficas de caráter geral, apostilas com textos filosóficos de autores e comentaristas de Filosofia, de História do Pensamento, e para cada área apostilas diferenciadas de Filosofia das Ciências. A UFRJ e UERJ também adotaram o sistema de oferecimentos para além da grade do curso de filosofia, situação que perdura até hoje. A UFF , ainda sem graduação, oferecia filosofia para vários cursos. No Estado do Rio de

Janeiro, os Centros Universitários possuíam disciplinas filosóficas para as graduações em Pedagogia, Ciências Sociais, História, Medicina, Odontologia, Direito e outros. Assim, os departamentos de filosofia resistiram, a filosofia se manteve, mesmo que precariamente, como espaço de indagação.

Com relação ao Ensino Médio, para não me alongar demais, desde 1961 assistíamos à gradual retirada da filosofia dos currículos, história por demais conhecida pelos profissionais de filosofia, pelos seus professores. A Lei 4024 de 1961- Primeira lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional atribui ao C.F.E (Conselho Federal de Educação) a indicação de disciplinas obrigatórias para o Ensino Médio e ao C.E.E. (Conselho Estadual de Educação) a eleição de disciplinas complementares. A filosofia pertencerá a este segundo grupo e poderá ou não ser contemplada, dependendo das forças políticas no Conselho. Tem início, então, a retirada não oficial da filosofia nas escolas de ensino médio. Em nenhum momento houve proibição taxativa da filosofia nos currículos escolares, mas a partir de 1964, a criação de disciplinas de Educação Moral e Cívica para o E.M. e Estudos de Problemas Brasileiros nos cursos superiores, acabaram por suprimir ou diminuir a filosofia nos cursos , fazendo-a “escorregar” das grades curriculares . Mesmo assim, em algumas escolas de Ensino Médio, principalmente aquelas administradas pelas ordens religiosas, a filosofia jamais foi retirada inteiramente do currículo, em algumas mantida inclusive nos três anos do clássico e em um ano do científico. Ensinava-se um pouco de tudo: lógica, filosofia da natureza, teoria do conhecimento, história da filosofia, em moldes conservadores de um certo neo- tomismo. Os manuais utilizados nessas escolas variavam dos famosos compêndios de Jolivet, passando pelas Histórias da Filosofia de Nicola Padovani, Michelle Federico Sciacca, Padre Leonel Franca, pela Introdução à Filosofia de Jacques Maritain até a História da Filosofia um pouco “mais progressista” de Nicola Abbagnano.

Nos anos de 1980/1990, com as profícuas discussões sobre a volta da filosofia ao Ensino Médio foi crucial o papel da SEAF- Associação de Estudos e Atividades Filosóficos- nesse processo de retomada. A bandeira da filosofia para a educação básica vinha sendo novamente hasteada.

A ideia, para minimizar retrocessos, era então, formar pesquisadores em filosofia, incentivando-os para a continuidade dos estudos na pós-graduações, saída possível para a retirada forçada da filosofia do Ensino Médio. No entanto, várias iniciativas brasileiras

vão sendo realizadas- e a SEAF tem importância crucial nisso- para que a discussão sobre a volta da filosofia ao E.M. se torne vigente. No Estado do Rio de Janeiro, a postura de Darcy Ribeiro com o incentivo à volta gradual da filosofia nos anos 80 nas escolas públicas; a luta para isso no Estado: muitos conhecem o empenho de Olinto Pegoraro, nosso velho professor da UFRJ e da UERJ, as idas à Brasília do pessoal do Rio e São Paulo para que isso acontecesse nos anos 1980/90 e chegamos, então, ao 2000.

Um acontecimento relevante que merece estar aqui gravado foi a preocupação nos anos 1990 sobre o que “voltar” a ensinar em filosofia para o Ensino Médio. Algumas iniciativas importantes foram realizadas no Rio de Janeiro: uma primeira, memorável, foi a realização de Cursos de Especialização em Filosofia patrocinados pela CAPES, na UFRJ, sob a coordenação geral de Olinto Pegoraro, então coordenador da pós-graduação em filosofia daquela instituição. Outra foi a criação de um Curso de Especialização em Filosofia na UERJ (deliberação 194/88, aprovada em 1988, na gestão do reitor Ivo Barbieri) que visava inicialmente atender principalmente aos professores de filosofia do Ensino Médio, com a possibilidade da volta da disciplina às escolas, mas acessível às áreas de saber afins.

Nos anos 1990 continuam sendo realizados os famosos Encontros Estaduais de professores de filosofia na UERJ, o que já acontecia desde os anos 1970, organizados pela SEAF em parceria com a Universidade Santa Úrsula- USU e a UERJ. Esses Encontros se realizam até hoje, com a parceria agora também da UNIRio. No ano de 2021 foi a vez do XIX Encontro na UERJ que em virtude da COVID19 aconteceu por plataforma virtual. Em 1993, vale o registro, houve na UERJ um Seminário Nacional sobre a Interdisciplinaridade no Ensino de Filosofia sob a coordenação de Creuza Capalbo e Maria Helena Lisboa.

As discussões sobre o que ensinar em filosofia para o E.M. também ganham força nos anos 1976 a 1990. Uma iniciativa relevante sob os auspícios da SEAF foi a publicação pela ed Mestre Jou da obra organizada por Henrique Nielsen Neto, *Fundamentos de Filosofia: Lições Preliminares* em 1976, onde professores universitários brasileiros escrevem sobre conteúdos e formas de ensinar filosofia atendendo ao público jovem e as séries iniciais de filosofia na graduação. Não nos esqueçamos é claro do *Filosofando: Uma Introdução à Filosofia* de Maria Lúcia Arruda Aranha e Maria Helena Martins que foi utilizado profusamente por grande parte dos colégios de Ensino Médio brasileiros, nem do *Convite à Filosofia* de Marilena Chauí, ed. Ática, 1999, com múltiplas edições e

revisões. No caso do Rio de Janeiro, tivemos duas experiências em fins dos anos 80 e cuja publicação foi concretizada nos anos 1990 de duas obras que convém registrar dedicadas aos alunos de anos iniciais das graduações brasileiras e ao E. M. Foram a obra organizada por Hilton Japiassu e Antonio Rezende, *Curso de Filosofia para professores e alunos do 2º.grau e de graduação*, editada pela Zahar /SEAF em 1998 e que teve 15 reimpressões, abordando por renomados professores a filosofia ocidental dos gregos ao século XX, com textos de leitura dos filósofos trabalhados. E a experiência do inovador àquela época *Fazer Filosofia*, editado pela UAPÊ, em 1994, mas cuja gestação é dos anos 80 e que foi uma produção bastante interessante. Dos cursos de Especialização fomentados pela CAPES no Rio de Janeiro, os professores de filosofia que os frequentaram trabalharam na feitura de um livro didático para o E.M. que teve como resultado o *Guia de Abordagem Didática para a Filosofia* que percorreu o Brasil todo e suas escolas, onde pela primeira vez foram trabalhadas questões temáticas e não conteúdos da cronologia histórica da filosofia tradicional. Este guia propunha entre outros temas, aquele da Filosofia, Cultura (o Homem como ser no mundo), Ciência ((Revolução Científica Moderna, O Surgimento das Ciências Humanas), Arte e Estética, Cidade e Cidadania, Trabalho, Ética, Escola, Corpo. Deste Guia surgiu o livro *Fazer Filosofia* com charges autorizadas pelo Millor Fernandes numa excelente reunião com todos os autores em sua casa. Um acontecimento memorável também. A partir dessas iniciativas muitas outras irão surgir, principalmente por ocasião (longa e sofrida história também) da reintrodução da filosofia no Ensino Médio. Começava um novo capítulo da história da presença da filosofia nas escolas do Brasil. Em 2008 houve a obrigatoriedade da disciplina Filosofia nos três anos do Ensino Médio. Essa foi uma das razões para a proliferação dos cursos de licenciatura em filosofia no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro. Aproximadamente 150 cursos de graduação em filosofia foram referenciados nos anos 2000 no país. Abria-se uma boa perspectiva de profissão para os recém egressos dos cursos de licenciatura em filosofia com a realização de concursos públicos para a disciplina nas escolas do E.M. A UERJ tradicionalmente é uma das instituições onde os graduados em filosofia mais são aprovados em concursos públicos para as escolas estaduais. Não é preciso dizer o impacto negativo que a recente reforma da BNCC começa a causar para o ensino de filosofia. Muito já dissemos sobre isso. Não vou me estender, no entanto, mas a luta e a resistência a essa situação desestabilizadora e mesmo destruidora das especificidades que áreas de saber exigem está em nosso cotidiano agora e em nossa memória. Uma palavra, porém, é fundamental. Toda e qualquer proposta de

reforma educacional traz uma experiência nefasta, a meu ver, já no termo Reforma: e reforma é diferente de desconstrução. Em geral, o que assistimos é que essas propostas de reforma não trazem nada de novo, embora saibamos que nem todo o novo é produtivo ou bom. Reforma pelo que temos experienciado não tem significado de novidade, via de regra. E geral traz o velho, o ultrapassado encapado com roupa nova, eu diria remendada e puída. O que é apresentado como novo nem sempre significa um ultrapassamento dos velhos preceitos e propostas. Geralmente não. Outra coisa é a desconstrução. O termo utilizado, que existe nos léxicos (mais diretamente no francês) desde fins do século XVIII e que havia caído em desuso, volta à tona com uma tradução francesa de *Ser e Tempo* do Heidegger (e a filosofia tem que ter sempre cuidado em utilizar mais precisamente conceitos e noções) e em seguida no apelido que a postura derridiana sobre a filosofia e o pensamento adquiriu (sem admitir inicialmente, Derrida se tornou o filósofo da desconstrução). Atualmente, o termo volta a ser usado e abusado como uma novidade em substituição ao dismantelamento destruidor ou desmembrador de discursos, práticas ou técnicas. Na verdade, esse senso comum do termo desconstrução contamina de forma negativa o que ela realmente é. Uma proposta desconstrutora em filosofia ou em educação seria, para ser justa com a noção, um deslocamento, um desvio da linha reta em que as teorias logocêntricas se solidificaram e que possibilita a partir de um in-decidível ou de uma im-possibilidade atestada, percorrer um movimento ainda indecifrável e nada previsto no sentido das certezas já estabelecidas ou de caminhos previamente traçados. Então é preciso ter cuidado em filosofia com a utilização do termo. Essa proposta da BNCC, nesse sentido, não possui estratégia desconstrutora coisa alguma. Traz o velho com novas aparências e concretamente, além de possibilitar em médio prazo um grupo de desempregados na situação trabalhista, em termos de conhecimento abala todas as estruturas epistemológicas dos saberes e ciências (destruição negacionista entre outras). Para resumir, discutir Projeto de Vida, por exemplo, não vai levar adolescentes a lugar algum na prática. Projeto deve ter abertura, mas quando ele é imposto como novidade estamos certos de que ele é tentativa ineficaz, é claro, de enquadramento, de engessamento dos jovens. Um festival de inconsistências que sempre tentamos evitar com o rigor que áreas como a filosofia e a sociologia merecem, faz desandar toda e qualquer tentativa de produção de conhecimento. E sabemos que o interesse mal explicitado aí é a questão mercadológica: ensino como mercadoria. Isso tem limites! E consequências improdutivas não devem ser adaptadas para se tornarem melhores. A luta tem que ser outra. Resistir não é se adaptar.

Devemos ressaltar, então, o papel do LLPEFIL da UERJ- Laboratório de Licenciatura e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia, uma entidade que através de seu projeto de extensão (registrado na Extensão UERJ em 2007) possui, desde a sua fundação em 2004, uma luta específica em defesa da filosofia em geral e de sua manutenção em todos os níveis da educação brasileira. O LLPEFIL é um dos primeiros Laboratórios a trazer a discussão da volta da filosofia ao ensino, agora, Ensino Médio. Tive a oportunidade de coordená-lo desde a sua fundação- historicamente ele é muito importante porque Olinto Pegoraro estava aqui, Gerd Bornheim, todos com a iniciativa de conseguir em Brasília o reconhecimento da Filosofia como conhecimento necessário para o exercício da cidadania- que é como a obrigatoriedade sai na lei pela primeira vez. Mas isso não bastava, a luta para que a filosofia se tornasse disciplina (conhecendo o sistema de ensino brasileiro como conhecemos ou seja, se não se adequar, não funciona...), era uma luta política para que a filosofia se tornasse mais sólida diante dos ataques (conhecemos essa história desde a fundação do Pedro II) ,luta para garantir sua importância e sua manutenção. Sabíamos dessa precariedade em 2008 quando filosofia e sociologia entram como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio- e em apenas 10 anos- 2018- vejam o que estivemos e estamos assistindo.

Para nós da Filosofia isso era previsível, sabíamos que cedo ou tarde iria acontecer. Penso todo o dia nisso: o que fazer com a decepção de nossos alunos de filosofia na universidade, aqueles que preparamos para que ao sair da graduação tenham um porto mais ou menos seguro? Os alunos da graduação de filosofia da UERJ sempre tiveram uma aprovação monstra (cerca de 90%) nos concursos públicos da educação básica. O que fazer agora?

O Laboratório de Filosofia da UERJ-LLPEFIL- tem desde a sua fundação uma preocupação pouco considerada pelos encastelados da filosofia, professores e pesquisadores. Transformar a área de Ensino de Filosofia numa área específica de pesquisa dentro dos departamentos e pós-graduações de filosofia. Depois dele conhecemos todas as iniciativas brasileiras a esse respeito, inclusive a proposta mais tardia da ANPOF, louvável por sinal. O LLPEFIL abriga projetos de extensão e pesquisa relacionados ao Ensino de Filosofia, dentre eles “O Ensino e a Prática de Ensino em Filosofia” (o carro chefe do Laboratório), “Memória do Ensino de Filosofia no Brasil”(que é desenvolvido a partir de entrevistas com professores e pesquisadores brasileiros que contribuem ou contribuíram para o reconhecimento nacional e

internacional da filosofia no Brasil ou para a volta da filosofia ao ensino médio), “Índice Referencial para o Ensino de Filosofia, bibliografia, sites e filmes”(projeto de catalogação de itens relacionados ao ensino de filosofia); Filosofia, Cidade e Territórios (projeto de extensão abordando a relação filosofia , cidade e seus espaços); Filosofia Africana; e atualmente o projeto Filosofia e seu Ensino em tempos de Pandemia que vem incorporando atividades remotas como podcasts e lives sobre o assunto e suas relações com subáreas de saber filosófico. Com a implantação e funcionamento de suas estruturas virtuais o laboratório visa a atender ao corpo discente e docente de Filosofia da UERJ, bem como com a implantação do site atende aos alunos e professores do Ensino Médio da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. Dois novos projetos lançados em 2021, tempos de pandemia, procuram guardar a memória do laboratório. Um primeiro: *Memórias*, são depoimentos que resgatam em forma de lives a participação de professores da UERJ, inicialmente, na questão do Ensino/Pesquisa e Extensão de Filosofia na universidade. O outro, *Fragments Filosóficos*, foi criado por uma demanda dos próprios estudantes de filosofia de graduação das IES, no sentido de deixar registrada a sua contribuição na escritura filosófica- suas produções relevantes durante a pandemia. Como metodologia de trabalho o LLPEFIL funciona para o público virtualmente (através do site, de um Facebook e do Instagram já implantados e que necessitam de constante alimentação). Esses sítios têm sido consultados também nacional e internacionalmente conforme disponibilizado em sua página. O LLPEFIL tem seus Projetos integrados também à dinâmica e metodologia das aulas no campus UERJ e à Prática de Ensino de Filosofia, incluindo um Laboratório de Prática de Filosofia por semestre e o Estágio Supervisionado em Filosofia, atendendo semestralmente em média a 120 alunos. Considerando que ele está aberto também aos ex-alunos de licenciatura cadastrados no Laboratório a partir de 2004, ele visa atender a aproximadamente uns 700 alunos, inclusive da pós-graduação, e professores de filosofia do Estado ou mesmo de escolas particulares em sua maioria oriundos da UERJ. As atividades previstas no laboratório são extensivas, então, aos professores e estudantes de filosofia do ensino médio da cidade do Rio de Janeiro e ainda do Estado, a partir da divulgação nas escolas e através da disponibilização dos dados e materiais anteriormente já referenciados no site do laboratório. O Laboratório visa também trabalhar em parceria com outras universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro interessadas na discussão sobre o ensino de Filosofia.

Os objetivos propostos para o LLPEFIL que dependiam de encontros presenciais foram todos adaptados para a situação remota em função da Covid19 de 2020 a 2022 inclusive. Através do subprojeto do LLPEFIL, O Ensino e a Prática de ensino em filosofia na UERJ as atividades de Prática de Ensino condicionadas grande parte às aulas regulares presenciais foram adaptadas, na medida do possível à situação on line, privilegiando o aprendizado teórico. A relação com os professores de Ensino Médio em suas escolas em situação remota, foram mantidas a duras penas, mas a relação com estudantes de Ensino Médio que pelo projeto visitam com os seus professores a UERJ (caravanas) não puderam acontecer. Outras atividades regularmente presenciais foram adaptadas para a situação remota com disponibilização no canal do Youtube do LLPEFIL e tiveram ótima recepção dos participantes. Dentre elas o XIX Encontro Estadual de Professores de Filosofia na UERJ- evento bianual- em parceria com a SEAF e a UNIRIO. e as Jornadas Estaduais sobre Filosofia e Ensino, evento anual. Para a realização desse eventos e para as tarefas virtuais regulares do Laboratório foi realizada uma força tarefa com reuniões de bolsistas e voluntários on line visando dar conta de consolidar a linha de pesquisa sobre o Ensino de Filosofia com produção e divulgação de trabalhos direcionados ao ensino; promover o debate remoto sobre a filosofia no Brasil com a continuidade da discussão sobre a BNCC e os rumos da filosofia no Ensino Médio; apoiar atividades de Grupo de Estudos sobre pensadores e temáticas atualizadas; o Laboratório vem informando e apoiando, através de seu banco de dados, as atividades de ensino, pesquisa e extensão em filosofia; vem desenvolvendo ainda cadastro contínuo do material pesquisado e coletado, o que o tem caracterizado como um núcleo permanente de trabalho e pesquisa na área. Ele é um dos braços fortes da resistência.

A resistência da filosofia se faz, também, na consideração de sua especificidade. Tarefa particularmente difícil, uma vez que cada vez mais sua produção de conhecimento é mesclada com a produção das demais áreas de saber. No entanto, o que poderíamos dizer que é atividade própria da filosofia?

Foucault já nos tinha oferecido o que compete à nossa atitude enquanto humanos, filósofos do mundo: é a capacidade que todo o humano possui de fazer voltar o pensamento sobre o próprio pensamento.

Como diz Foucault em *Modificações em O Uso dos Prazeres - História da Sexualidade* “Mas o que é o filosofar hoje em dia- quero dizer a atividade filosófica-

senão um trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento?” (1984, vol 2, p.13)

A tarefa da filosofia se dá, creio eu, no movimento dos interstícios do pensamento e isso é a sua especificidade, muito mais que a forma de apreender seus conteúdos, a forma de reflexão, o contexto das generalizações ou formação de conceitos ou formulação de seus métodos. A filosofia é específica enquanto se dá nos deslocamentos do pensamento, na disjunção que só filosoficamente se pode fazer. E Foucault continua “se ela consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe” (1984, vol. 2, p 13). Ele inaugura aqui o contexto do acontecimento/ da imprevisibilidade/ e Derrida diria do indecidível.

E a filosofia consiste nisso, em fazer desacreditar as nossas certezas imediatas muito fáceis, aquelas cuja transparência é para nós totalmente palatável, mas na verdade, de um translúcido estarrecedor. A especificidade da filosofia está em poder se converter em “experiência modificadora” como diz Foucault - mais que forma de argumentar, contexto dos silogismos ou mesmo das aporias. Ela deve se converter “num exercício de si” (1984, vol 2, p.13); ele até diz numa “ascese” - eu diria nem sempre), mas um exercício de si no pensamento sempre.

O desafio que vejo desde sempre, e ao qual a filosofia também deve resistir é o modo como ela irá interagir com as interlocuções.

A filosofia sempre conversou com todas as áreas de saber, desde as chamadas ciências duras, até os conhecimentos mais maleáveis, não diria nunca mais moles. Conversa com todos. Mas como distingui-la das demais áreas? Não é difícil se considerarmos as especificidades dos objetos (os objetos são distintos, embora os dados possam ser os mesmos), os métodos de apropriação dos objetos também. Todo mundo sabe isso. No entanto, como saber quando sobre um mesmo objeto (e não o mesmo dado ou fato ou sobre uma mesma empiria) não estamos nos inclinando da mesma forma que os outros saberes ou conhecimentos, como poder afirmar que eu faço filosofia e não por exemplo literatura, história, sociologia, ou no universo da *phoné*, faço retórica, oratória e não filosofia? É possível distinguir completamente isso? Como fazer antropologia filosófica e não psicologia, antropologia cultural ou social? Os objetos se confundem? O que ainda garante a especificidade? As interlocuções são necessárias, mas o que garante as diferenças em termos de cada área? Eu diria que é a experiência de pensamento que cada uma delas envolve, e a experiência enquanto prática (práxis) também. Então o que é a experiência da filosofia? São desafios que nos acompanham.

O universo da filosofia não logocêntrica hoje também é um desafio. Falo do privilégio do logocentrismo ocidental e de como é possível um desvio a partir dele. E ainda, como o pensador se vê fazendo, para exemplificar, história, sociologia, antropologia ou, então, filosofia quando o objeto é por exemplo, o indígena, os chamados povos originários, os povos não ocidentais, não orientais etc. Como garantir a especificidade da filosofia nessas interlocuções tão necessárias? Qual a mudança de paradigma para a filosofia hoje? Em que medida não é mais suficiente tratar, por exemplo, dos universais? Todo e qualquer pensamento pode ser chamado de filosofia? Como fazer filosofia sem que tenhamos sempre de garantir o privilégio do logos?

Ainda, lembrando Derrida em *O Monolinguismo do Outro* (2001) podemos dizer que a filosofia não fala uma só língua, nunca falou em experiência, mas quando aparenta falar uma língua só, essa língua não é minha, não é nossa. Qual é a língua? Qual é a linguagem da filosofia? Pensemos sobre isso.

A pergunta, então, persiste: o que é próprio da filosofia?

Referências Bibliográficas:

DERRIDA, Jacques. *Du Droit à la Philosophie*. Paris: ed Galilée, 1990.

_____. *O Monolinguismo do Outro* ou a prótese de Origem. trad. Fernanda Bernardo. Coimbra: Campo das Letras. Ed.SA, 2001

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2. O Uso dos Prazeres*. 1.Modificações. trad. Maria Thereza Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1984.p 9-16.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. Laboratório de Licenciatura e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia. LLPEFIL. Projeto de extensão. PR3/UERJ- 2021.

_____. Histórico da Filosofia no Ensino (Médio) Brasileiro.

<http://www.llpefil-uerj.net>

_____. O Uso do Livro Didático e o Ensino da Filosofia em Nível Médio

<http://www.llpefil-uerj.net>